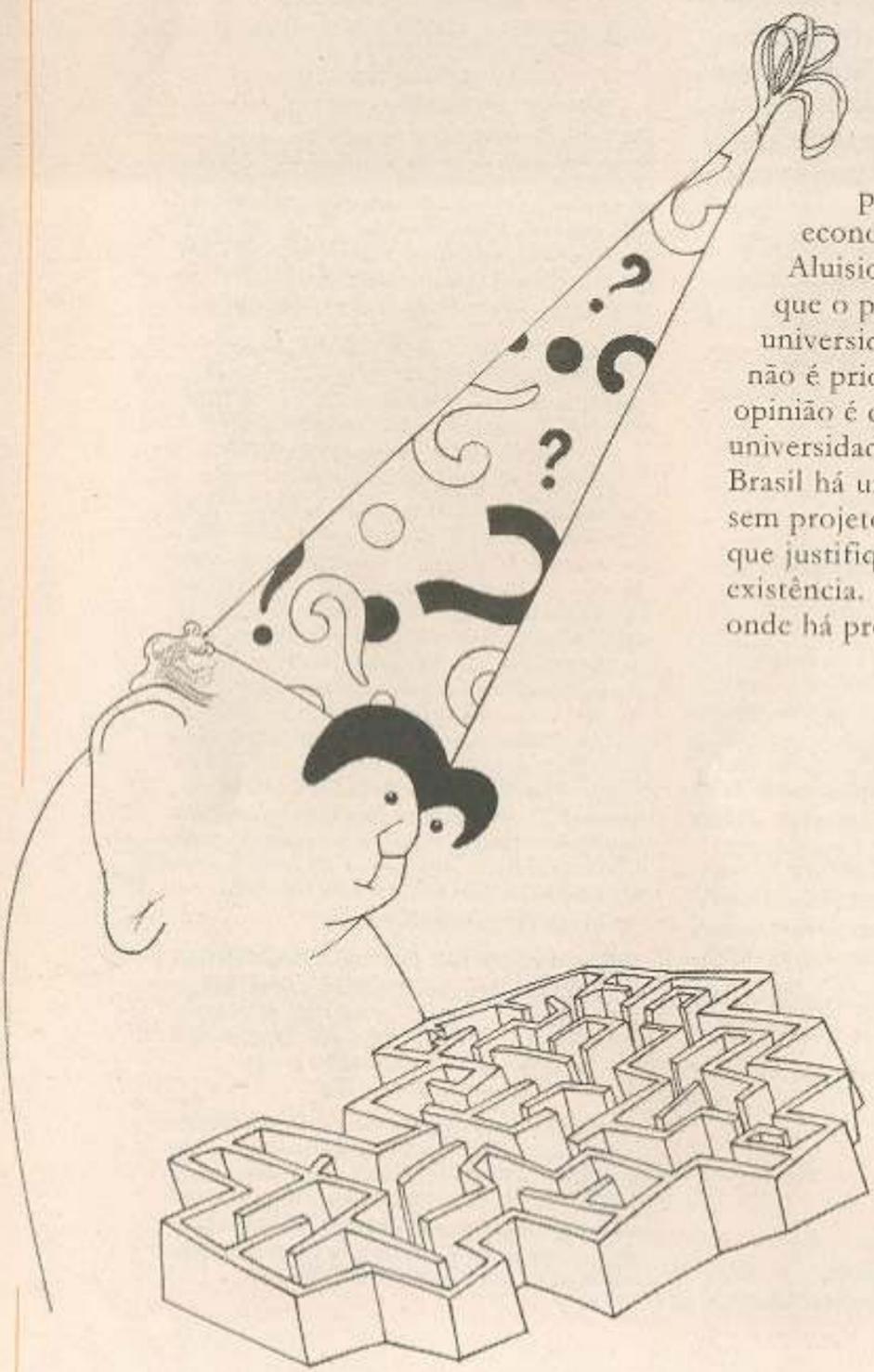


A CRISE DA UNIVERSIDADE NO BRASIL



Nome mais votado nas últimas eleições para reitor da UFRJ, o economista e professor Aluisio Teixeira disse ao JE que o problema central da universidade brasileira é que ela não é prioridade do governo. Sua opinião é de que o debate sobre a universidade é mundial, mas no Brasil há uma questão preliminar: sem projeto nacional não há razão que justifique a sua própria existência. "Só há universidade onde há projeto nacional", disse.

Páginas 8, 9,10 e 11

A irresponsabilidade das políticas do governo de FHC

Em artigo exclusivo para o JE, a professora Maria da Conceição Tavares revela que a irresponsabilidade cambial e fiscal estão intimamente ligadas pela política monetária de restrição ao crédito e de altíssimas taxas de juros. "Ambas levaram o país a uma armadilha financeira interna e externa", aponta.

Página

3

Alternativas para a Argentina sair da crise econômica

A Argentina não tem mais saída e o estoque de medidas do ministro Domingo Cavallo para superar a crise já se esgotou. A saída para o país, na opinião dos economistas José Luís Oreiro e Flávia Dias Oreiro é extinguir a política de paridade cambial e reorientar o comércio exterior do país para obter saldo na balança comercial.

Página

13

Os dilemas da energia nuclear no Brasil

Em artigo especial, o conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa, do Corecon-RJ, faz um histórico do desenvolvimento da política nuclear no país, revelando as contradições, a falta de transparência do setor e algumas das atividades em curso, desconhecidas pela sociedade.

Página

5

EDITORIAL

A UNIVERSIDADE EM DEBATE

Nesta edição, o *Jornal dos Economistas* abre suas páginas para debater a situação da universidade pública, no Brasil, cuja crise ficou mais evidente no processo da greve dos professores, que não só desmascarou o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza (pretensão postulante a uma candidatura à presidência da República), como deixou claro, para toda a sociedade, a importância que este governo de FHC atribui ao ensino público de terceiro grau.

Para avaliar esta crise da universidade fomos ouvir o economista e professor Aluísio Teixeira, o mais votado nas últimas eleições para reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas cujo nome terminou sendo preterido pelo ministro da Educação, cuja opção recaiu exatamente sobre o menos votado, José Henrique Vilhena.

Entre outras questões, ele aponta para uma verdade que certamente irá contribuir para o entendimento desta crise: não há universidade

quando não existe um projeto nacional em curso. Vivemos, na era FHC, exatamente sob esta máxima, oriunda do neoliberalismo adotado com tanto esmero por este governo: não apenas inexiste um projeto nacional, como há, sim, um esforço concentrado em desmontar e destruir o patrimônio público nacional erguido durante décadas de esforço coletivo de toda a sociedade brasileira.

Mas o *JE* traz também, nesta edição, uma abordagem especial para os nossos leitores da problemática da energia nuclear, no Brasil, e um artigo inédito da professora Maria da Conceição Tavares tratando das políticas fiscal e cambial do governo, além de uma matéria sobre as alternativas da Argentina para sair da crise aguda da sua economia.

Com certeza, temas que instigarão os leitores a novas compreensões sobre a nossa atualidade e os caminhos que estão por se abrir.

Uma ótima leitura a todos. ■

CLUBE DE ECONOMIA

Os economistas registrados no Conselho Regional de Economia-RJ dispõem de descontos especiais nos preços de todos os serviços abaixo relacionados:

• A. PINHO PEÇAS E SERVIÇOS PARA AUTO LTDA. • ABEC - ACADEMIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA. • ACADEMIA TONY REGADAS • ALIANÇA FRANCESA • ANIMA • BRASAG • CAPITAL HUMANO TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA. • CCAA • CENTRO DE REENGENHARIA CORPORAL • CHURRASQUEARIA OÁSIS • CIA. DOS MÓDULOS • CIRURGIÕES DENTISTAS REUNIDOS • COLÉGIO ZACCARIA • CONSULTÓRIO MARIA ISABEL NASCIMENTO ARAÚJO • CONSULTÓRIO RITA MACDOWEL • CONVÊNIO - M. DUCHAMP VIDROS • CHE-CHÉ ESCOLA CIRANDA CIRANDINHA • CURTIÑO ECOTURISMO & AVENTURA • EDITORA CAMPUS • EDITORA CEPAL • EDITORA ERUDITA • EDITORA FGV • EDITORA PAZ E TERRA • EDITORA RECORD • EDITORA VOZES • ELÍPTICA INTERNET SOLUTIONS, PRODUTOS, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. • ESCOLA DE NATAÇÃO TUBARÃO

• ESCOLA SERIELEPE • ESTAÇÃO DAS LETRAS • FACULDADES INTEGRADAS BENNETT • HISTÓRIAS E ESTÓRIAS • LOCADORA DE LIVROS • HOTEL FAZENDA SANTO AMARO DE MAGAÇU • IBEU • INSTITUTO BRASILEIRO ESTADOS UNIDOS • INDEC • INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA • INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA HISPÂNICA • ISIVEN - SOLUÇÕES LTDA. • Pousada PONTA DO LESTE DE ANGRA • RESTAURANTE ALCAPARRA • RESTAURANTE ASPARAGOS • RESTAURANTE OLIVE • RESTAURANTE PHOTOCHIART • RDSADU JIU-JITSU • SER ATO • SERVIÇO DE ATENDIMENTO TERAPÊUTICO & OFICINA LTDA • STAFFALCO • SUESC - FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS DO RIO DE JANEIRO • UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES • UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA • UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA • WIZARD IDIOMAS - REGIONAL LESTE

O Conselho possui ainda outros convênios.

Maiores informações visite o site www.economistas.com.br ou envie um email para coreconinst@alternox.com.br

Horário do Corecon

A partir de dezembro o Corecon/RJ volta ao seu expediente normal, atendendo aos economistas de segunda-feira à sexta-feira, das 9h às 18h. Não haverá recesso de final de ano no Conselho, como aconteceu nos últimos três anos. Portanto, o expediente será normal nos dias 26, 27 e 28 de dezembro e 2, 3 e 4 de janeiro de 2002.

economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lustros, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Renaldo Gonçalves • Edição: Corecon • Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefex: 2232-8178 - e-mail: coreconinst@alternox.com.br - homepage: <http://www.economistas.com.br>

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cassio Lorezano • Projeto gráfico: André Lippmann, José Mira e Marcelo Paiva • Edição eletrônica: André Lippmann • Fôtofoto e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep: 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: coreconinst@alternox.com.br
Homepage: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Ronaldo Raemy Rangel • Vice-presidente: Sidney Pascoutto da Rocha • Conselheiros Efetivos: Eduardo Mendes Callado, Helena Maria Martins Lustros, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Enilce Leite Melo, José Antonio Lutterbach, Júlio Diniz, Luiz Mário Behrken, Mauro Osório, Sandra Maria Carvalho.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoutto da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behrken, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibeli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcantara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benini Faerman e Eduardo Carnos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro RJ • Centro • Cep: 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077
Telefax: 232-8178 ramal 22 • E-mail: ierj@alternox.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Erikson Teixeira Lima • Diretora Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibeli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola, Silvio Renato Paes de Figueiredo.

OPINIÃO Maria da Conceição Tavares*

IRRESPONSABILIDADE CAMBIAL E FISCAL

O governo vangloria-se do superávit primário que, contudo, foi produzido pela apropriação de recursos da Seguridade Social

A “irresponsabilidade cambial” e a “irresponsabilidade fiscal” dos últimos sete anos do governo de Fernando Henrique estão intimamente ligadas pela política monetária de restrição do crédito interno, com elevadíssimas taxas de juros. Ambas levaram o país a uma armadilha financeira interna e externa que, só a partir da crise argentina, foi sendo reconhecida pelos “formadores de opinião”.

Depois do último relatório do Banco Mundial, passando por qualquer analista que não queira ignorar a realidade, ouve-se a seguinte pergunta formulada pelo presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva (Folha de SP, 05/11/2001): que beco é esse em que nos metemos, com um passivo externo de US\$ 400 bilhões, uma dívida interna de R\$600 bilhões, com encargos de 50% de nossas exportações para a primeira e 50% de arrecadação de impostos federais para a segunda? A pergunta é clara, mas as relações entre as duas questões raramente são esclarecidas. Em vários artigos ao longo destes sete anos, tenho tentado mostrar a ligação perversa entre os dois processos de endividamento e a liberalização crescente das contas externas. Entretanto o governo continua pregando a “responsabilidade fiscal” e aumentando a carga de juros pagos com impostos e contribuições sociais. Os líderes do setor privado continuam mantendo a retórica simplista de “diminuir o peso do Estado”, mas referem-se apenas à “carga fiscal” e não aos cortes no gasto social programado e na

infraestrutura, nem ao fato de que os juros escorchantes aumentam as “receitas não operacionais” das empresas e produzem os elevados lucros dos bancos.

Arrogância e desprezo

Após a desvalorização cambial de janeiro de 1999, o governo gaba-se de obter superávits primários superiores aos acordados com o FMI, apesar de saber à custa de quem eles estão sendo financiados. Esta postura não deixa de ser uma manifestação de suprema arrogância e de desprezo pela situação social da maioria da população que paga o pato da recessão, desemprego e da piora na distribuição de renda a favor dos rentistas. É o que é pior, sem qualquer garantia de fechamento das contas externas (Não chores por nós Argentina).

Entre março de 1999 e junho de 2001 o governo resolveu “tranquilizar” o “mercado”, aumentando progressivamente a emissão de títulos cambiais. Produziu cerca de R\$ 243 bilhões de superávit primário para pagar juros, R\$ 50 bilhões a mais do que o exigido pelo FMI, que parece ter subestimado o custo fiscal do “câmbio flutuante”! (ver Focus, publicação do Bacen, de

20/10/01). Parte crescente deste “superávit” foi apropriado das contribuições sociais criadas para gastos em Seguridade Social, que incluem constitucionalmente: saúde, assistência social e previdência contributiva e não contributiva (para os velhos rurais e urbanos sem trabalho regular).

A pretexto de dar “maior flexibilidade” ao Orçamento da União, o governo fez aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), desvinculando 20% da receita de impostos e contribuições sociais. A apropriação dos recursos da Seguridade é feita diretamente pela Receita Federal. A diferença entre receitas e despesas representou R\$ 20 bilhões em 1999, cerca de R\$ 41,5

Em vários artigos ao longo destes sete anos, tenho tentado mostrar a ligação perversa entre os dois processos de endividamento e a liberalização crescente das contas externas

bilhões em 2000 e pode chegar a cerca de R\$ 60 bilhões em 2001, dependendo da apropriação dos juros e do tamanho da dívida pública no final do ano. A continuarem as tendências, logo o país se encontrará sem Seguridade Social, apesar do aumento das "contribuições" sociais corresponderem a 6% do PIB na década de 90, praticamente todo o aumento da receita fiscal da União, não partilhável com os Estados e Municípios.

A descrição dos sucessivos "ajustes" fiscais em todas as órbitas – federal, estadual e municipal – é um rolo compressor interminável. Só para lembrar os fatos mais notórios, registre-se: o arrocho contínuo dos salários e das aposentadorias conjugado com um aumento vergonhoso do imposto de renda na fonte sobre os assalariados; a incorporação de todo o tipo de "esqueletos" (dos ruralistas, dos bancos e das dívidas de estatais a

serem privatizadas), convertendo-os em mortos-vivos que pesam sobre a dívida da União; a reestruturação mal feita das dívidas dos Estados e Municípios e a vinculação de receitas crescentes ao pagamento de juros e amortizações das unidades federativas (sobretudo os grandes estados e os grandes municípios); a esterilização dos lucros das empresas estatais produtoras de energia, freando o investimento e levando a uma crise energética sem precedentes.

Finalmente, uma política de privatizações sem garantias de investimento a médio e longo prazo, com empresas internacionais que não são do núcleo duro do mercado global e que entraram apoiadas em empréstimos ponte de bancos internacionais de segunda linha. As empresas privatizadas são responsáveis por 2/3 da dívida externa privada, cujas amortizações explodiram e não se sabe como serão refinanciadas a partir deste final de ano, dada a situação de aperto de crédito internacional.

Este é o panorama sintético do final do governo FHC e da política econômica de sua equipe, que insiste (até hoje!) em nos fazer crer na solidez dos "fundamentos macro-econômicos" de sua política monetária e cambial, que implicam num "ajuste fiscal permanente" e tem conduzido a um dos maiores desajustes das finanças públicas e do financiamento externo público e privado da história da República. Definitivamente, a nossa elite não partilha mais sequer da racionalidade instrumental (compatibilidade entre fins e meios), que dirá da racionalidade substantiva que deveria presidir os rumos de uma Nação.

* Economista, professora, ex-presidente do IERJ e ex-deputada federal pelo PT do Rio

UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL

Reproduzimos a seguir a parte final da Carta de Recife, com as propostas aprovadas no XIV Congresso Brasileiro de Economistas

As possibilidades de êxito da economia brasileira no século XXI dependem de uma ruptura com a estratégia recente, marcada pela submissão, priorizando o fortalecimento de nossa integração - construída em bases democráticas - com os países da América Latina.

Importa, também, realizar esforços para reduzir o déficit em conta corrente apoiados na execução de uma política rigorosa de comércio exterior.

Um projeto nacional para o século XXI requer a recuperação da importância do papel do Estado na economia, através da adoção de políticas públicas que contribuam para combater os desequilíbrios sociais e regionais.

A alternativa é, portanto, uma redefinição da economia política - entendida esta como o jogo de distribuição da renda e da riqueza, que está por trás das decisões políticas relativas à economia. Para se montar uma nova matriz de política econômica, de inspiração democrática (e não tecnocrática cosmopolita, como hoje), deve-se partir dos fins (pleno emprego e crescimento econômico a altas taxas) para os meios (em especial, política fiscal, monetária e cambial).

Os debates do XIV Congresso Brasileiro de Economistas destacaram algumas medidas essenciais:

- aumento de exportação, com ênfase em produtos de maior valor agregado;
- reforço às empresas nacionais em setores de competitividade revelada (agronegócios, siderurgia, mineração, petroquímica, papel e celulose, entre outros) para ampliar sua presença no mercado externo;
- substituição seletiva de importação e prioridade ao crescimento de setores de menor propensão a importar;

- recuperação da infra-estrutura logística, seja por investimentos diretos do setor público (rodovias), seja por investimentos em parceria com o setor privado (ferrovias, portos);

- nova postura diplomática, mais ativa no que se refere à superação dos mecanismos de protecionismo disfarçado das nações desenvolvidas, travestidas nas mais diversas justificativas;

- incremento do turismo estrangeiro e da venda de serviços no exterior;

- criar no mercado de trabalho condições solidárias para que todos os dispostos a trabalhar encontrem efetivamente trabalho remunerado, de forma a eliminar o desemprego, reduzir o subemprego, melhorar a distribuição de renda e reduzir a miséria;

- retomar políticas de desenvolvimento regional, estruturando uma política nacional;

- promover a integração da política de reforma agrária a uma proposta de segurança alimentar e ao esforço exportador, mediante estímulo de financiamento e de facilidades de comercialização associativa;

- retomar o investimento em infra-estrutura, essencial em duas dimensões: primeiro, pela necessidade de ampliar e melhorar a qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, segurança, previdência, assistência e habitação, em favor do cidadão brasileiro e, em especial do cidadão pobre; segundo, pela geração direta de empregos;

- desenvolver, no país, centros próprios de capacitação e de inovação tecnológica.

CRISE ENERGÉTICA João Manoel Gonçalves Barbosa*

ENERGIA NUCLEAR

PARA ONDE VAMOS?

Com a crise energética muito se tem procurado saber sobre o pífio desenvolvimento do programa nuclear brasileiro e sobre a sucessão de acidentes, incidentes ou, como querem os operadores das instalações, eventos operacionais não previstos, sobretudo, dos últimos ocorridos nas empresas Eletronuclear - Eletrobrás Termonuclear S/A, e INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A, que, recentemente, foram objeto de reportagens na grande imprensa. Por solicitação do *Jornal dos Economistas* e a partir de textos e debates gerados pela Comissão Nacional dos Trabalhadores em Energia Nuclear (Contren) elaboramos este artigo, com o histórico e um esboço de diagnóstico da atividade nuclear que, entendemos, servem de suporte para a compreensão geral dos problemas encontrados na geração de energia termonuclear no Brasil.

O desenvolvimento nuclear no Brasil tem início na década de 50, com o objetivo de buscar a independência brasileira na nova fonte de energia, que a humanidade tomara conhecimento no fim da Segunda Guerra Mundial com a explosão de bombas atômicas. O esforço inicial de pesquisa nesta área foi marcado pela constituição de um grupo de cientistas conhecido como Grupo do Tório, que deu origem ao respeitado CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), alguns deles perseguidos pela ditadura militar que viria se instalar no país na década seguinte. O esforço inicial, que apontava para um

caminho independente de desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins socialmente úteis, foi abandonado na segunda metade da década de 60, com os governos militares que, em substituição à pesquisa de base, optaram pela compra de uma usina nuclear inteiramente pronta da empresa norte-americana Westinghouse (Angra 1). Desdobrando-se em uma outra versão, o programa nuclear brasileiro iria dar início, a partir desta época, sem conhecimento oficial da sociedade, aos primeiros estudos para a construção de artefatos nucleares no Brasil, sob a égide de uma então doutrina de segurança nacional.

Acordo Brasil-Alemanha

Em 1975, o general Geisel assinou o mais amplo acordo nuclear já estabelecido entre uma nação desenvolvida e uma nação do Terceiro Mundo. Esta associação, conhecida como Acordo Brasil-Alemanha, deu origem ao sistema Nuclebrás e resultou, mais de duas décadas depois, na construção da Usina Nuclear de Angra II. O acordo tinha como objetivo explícito o desenvolvimento de projetos em todo o ciclo do combustível nuclear, mas que teve, em nome da transferência de tecnologia do ciclo de combustível para a construção de usinas nucleares, um rendoso e poderoso incremento no esforço de um programa de desenvolvimento de pesquisas bélicas, clandestino, pelas Forças Armadas.

Das experiências desta década, o Exército e a Aeronáutica, até onde é do conhecimento da sociedade brasileira, não lograram os mesmos êxitos obtidos pela Marinha. Sabe-se, somente, que o Exército possui (ou possuía) e opera (ou operava) um reator a gás grafite (grande produtor de plutônio que, por excelência, é a matéria-prima para a bomba atômica), na Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro. É que a Aeronáutica desenvolveu projetos na área de enriquecimento de urânio e desenvolvimento de reatores especiais para satélites, destacando-se a consolidação, pela Coordenação de Programas Especiais da Marinha de Guerra (Copesp), do complexo de Aramar, em Sorocaba (SP) que, com farta alocação de recursos financeiros e o aproveitamento de recursos humanos e tecnológicos disponibilizados pelo acordo Brasil-Alemanha, logrou grande desenvolvimento.

Todos estes programas, sobre os quais não foram - e não são - dados maiores esclarecimentos à sociedade brasileira, envolveram recursos da ordem de bilhões de reais, negócios até hoje obscuros com outros países (entre eles, o Iraque), além de causarem retaliações econômicas e tecnológicas contra o Brasil.

Às vésperas da promulgação da Constituição de 1988, que limitaria o desenvolvimento da atividade nuclear à prévia autorização do Congresso Nacional, a Nuclebrás foi extinta e os projetos militares, até então clandestinos, foram oficializados e

trazidos ao conhecimento da sociedade brasileira através do Decreto-lei 2.464, de 31 de agosto de 1988.

Desde então, o país passa por profundas modificações de caráter institucional, econômico e social, com substanciais alterações de posturas e objetivos que influem no desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil. Todo o setor nuclear passa por profundas discussões, paralisam-se as atividades de normatização, fiscalização e controle, rediscutem-se prioridades, o esforço de produção de artefatos nucleares é contido, volta à tona a discussão sobre a construção de usinas nucleares, aprofundam-se as pressões ambientalistas contra o uso da energia nuclear, os trabalhadores do setor se organizam, enfim, chegamos à metade da década de 90 com um quadro que aponta para uma formulação de políticas que venham a definir qual o papel da energia nuclear no Brasil para o próximo milênio.

Assim, o programa nuclear brasileiro, como se vê, teve sua origem em uma definição ambígua: a transposição dos modelos de desenvolvimento

O programa nuclear brasileiro teve sua origem em uma definição ambígua: a transposição dos modelos do Primeiro Mundo e o triste sonho de tornar o país uma potência bélica nuclear

energético das sociedades industriais do chamado Primeiro Mundo e o triste sonho de tornar o país uma potência bélica nuclear. O resultado foi dos mais sombrios e o programa nuclear passou para a nossa história como um dos vilões do endividamento externo, com apenas duas usinas nucleares em operação, de um total de nove que foram previstas. Essa imagem externa do setor nuclear corresponde a uma situação ainda mais grave, quando ele é visto por dentro.

Esvaziamento da pesquisa

O setor passou por quatro formas de organização institucional, de seus primórdios aos dias atuais. Da década de 50 a meados dos anos 60, foi estruturado basicamente como atividade de pesquisa e de desenvolvimento de normatizações, possuindo uma relativa independência institucional e subordinação civil.

Em um segundo momento, compreendido entre 1965 e 1975, o setor sofre uma interferência maior do governo militar e começa a voltar-se para atividades de produção, passando a energia nuclear a ser vista como uma área estratégica e encarada como política de governo.

No período seguinte, que vai de 1975 a 1988, grandes projetos são desenvolvidos e o setor migra (com exceção da área de geração de energia elétrica, que permanece com subordinação civil) para o Gabinete Militar da Presidência da República, dando início ao esvaziamento que se verifica e se acentua, atualmente, das atividades de pesquisa para fins socialmente

úteis da energia nuclear, bem como de normatização, fiscalização e de controle.

No início dos anos 90, a atividade nuclear passa a ser subordinada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da República (ex-SNI) e, no segundo governo FHC, passa a subordinar-se ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que, através de uma política de submeter o setor a interesses estratégico-militares, levou à consolidação do processo de esvaziamento das atividades de fiscalização e controle e ao completo distanciamento das atividades de desenvolvimento de pesquisas no campo da tecnologia nuclear para fins socialmente úteis.

A falta de uma política de Estado, clara e de longo prazo - o que, aliás, é recorrente nos demais setores da economia - levou à situação atual. O setor, hoje, se encontra fragmentado em três grandes áreas institucionais, distanciadas e sem coordenação. Temos hoje um *programa estratégico*, hegemônico, ligado a interesses militares, através de uma promíscua interação entre o MCT e a Marinha de Guerra; um frágil *programa formal* de controle e fiscalização, subordinado à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEEN/MCT), e um débil *programa de geração de energia elétrica*, subordinado à Eletronuclear e ao Ministério de Minas e Energia, ao qual se agrega a INB/MCT que, contra todos os parâmetros técnicos e econômicos, se encarrega, estando vinculada ao MCT, pela produção do elemento combustível que vai operar as usinas subordinadas a outro ministério.

Esta organização institucional é um retrato nítido do autoritarismo que sempre norteou o programa nuclear brasileiro. É ilustrativo o conflito de atribuições na área, onde uma mesma instituição, a CNEEN, responsável pela normatização e fiscalização das atividades nucleares, também se responsabiliza pela produção de elemento combustível e de cascos de submarinos.

A autonomia dos setores sob a responsabilidade institucional da CNEN e da Eletrobrás na realidade não se verifica, conflitando ambas com os interesses da área de inteligência e informações que, através da Coordenação de Projetos Especiais da Marinha de Guerra, desenvolve projetos específicos e tão amplos que vão da pesquisa tecnológica à produção de elementos combustíveis e à construção de reatores nucleares de pequeno porte para a geração de energia elétrica.

Militarização do setor

Este quadro levou à utilização descabida, pelos programas das Forças Armadas, de institutos civis de pesquisa e das empresas Nuclep e INB para atividades de pesquisa para a Marinha, produção de cascos de submarinos e para um perigoso (e inconstitucional) projeto de enriquecimento de urânio, às margens do rio Paraíba do Sul, que a sociedade brasileira precisa, urgentemente, discutir, além de um sem número de outras trapalhadas, aventuras e negociatas de materiais sensíveis que, no conjunto, conformam a existência de um verdadeiro Estado paralelo dentro do Estado brasileiro.

Outra consequência foi a total falta de interesse e de investimentos, no trato da segurança nuclear e na proteção radiológica, que explica, com facilidade, a seqüência de acidentes/incidentes e/ou eventos operacionais não previstos ocorridos e que, permanecendo o descaso com a segurança, continuarão a ocorrer. A constatação desse quadro aponta para um diagnóstico sombrio da energia nuclear no Brasil. A atuação do Estado brasileiro, no campo da energia nuclear, foi eivada de equívocos. De costas para a realidade e potencialidades do país, a atividade nuclear no país foi atrelada a interesses das potências centrais, de conglomerados nacionais e transnacionais, bem como a um

projeto militar que supostamente garantiria a "soberania nacional". Tal conjunção de fatores levou ao estabelecimento de um programa nuclear deformado e ao abandono de importantes atribuições da CNEN. No Brasil, espalhadas por todo o seu território, existem cerca de 7 mil fontes radioativas de uso médico e industrial, sendo que, boa parte dessas fontes, sem estar devidamente cadastrada e controlada, está sob a guarda de pessoas não credenciadas. A CNEN, que é a responsável pela fiscalização dessas fontes, além de não possuir delas um cadastro atualizado, conta para a sua atividade de controle de fontes radioativas em todo o território nacional com poucas dezenas de fiscais.

O setor nuclear continua fiscalizando a si próprio e, muitas vezes, punindo funcionários e rotulando de alarmistas todos aqueles que, visando evitar novos acidentes, propõem nova organização institucional do setor, a contratação de mais profissionais para a área de fiscalização e segurança nuclear, o desenvolvimento de tecnologias modernas de gerenciamento de risco e a legalidade e transparência em suas atividades.

A crise institucional do setor nuclear brasileiro se agudiza, quer em função de uma origem institucional, quer em função das brutais dificuldades econômicas que o país atravessa e que nos levaram à completa falta de recursos para pesquisa e desenvolvimento do setor civil. Daí, a não priorização de investimentos na área de tratamento do imenso volume de rejeitos nucleares gerados em suas instalações, o sucateamento de instalações, o desvio ilegal de equipamentos e pessoal civil para os projetos da

A crise institucional do setor nuclear brasileiro se agudiza e levou à completa falta de recursos para pesquisa e desenvolvimento do setor civil

Marinha de Guerra e a descabida utilização dos institutos civis de pesquisa pela Marinha, para ficarmos em alguns exemplos.

Deve ser prioritário, para o próprio desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil, a criação de um organismo, com a participação do Executivo e do Legislativo, para o levantamento e acompanhamento de todos os projetos nucleares desenvolvidos no território nacional. Torna-se urgente a reestruturação do setor nuclear para que, em plena legalidade, se exerçam as atividades de fiscalização das fontes e materiais radioativos, se garantam a segurança das instalações nucleares e sejam solucionada adequadamente a questão da destinação dos rejeitos radioativos, colocando-se sempre os organismos de Estado a serviço da população. ■

* Conselheiro do CORECON-RJ e Coordenador de Relações Sindicais do SINDECON-RJ

A UNIVERSIDADE NÃO É PRIORIDADE DO GOVERNO

O papel e a função social da Universidade são questões mundiais que se refletem no Brasil de forma mais aguda face ao esvaziamento do ensino de 3º grau

A greve dos professores de escolas e universidades públicas federais desafiou a arrogância e intransigência que marcam o governo FHC, em sua relação com os movimentos sociais reivindicatórios, e trouxe a público a situação crítica da universidade brasileira. Sem recursos, sem incentivos e não sendo prioridade de governo, a universidade pública está a minguar. Aonde vai dar?

Foi para buscar essa resposta que o *Jornal dos Economistas* ouviu o professor Aluísio Teixeira, da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, o nome mais votado nas últimas eleições para reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, entretanto, foi preterido pelo ministro da Educação, Paulo Renato, cuja opção foi pelo menos votado, o atual reitor José Henrique Vilhena.

"Só há universidade onde há projeto nacional", disse o professor ao *JE*, lançando preocupantes cenários sobre o que espera a universidade pública brasileira, caso a hegemonia política em curso no país não seja substituída. Ex-chefe do antigo e poderoso Conselho Interministerial de Preços (CIP), durante o Plano Cruzado, Aluísio Teixeira evitou a economia para falar da universidade brasileira. Com certeza, uma excelente leitura e fonte de estudo.

Jornal dos Economistas - Há ou não, em sua opinião, uma crise da universidade brasileira?

Aluísio Teixeira - Eu diria que estamos com uma universidade em crise, mas que esta crise tem diversos componentes. Quando falamos de crise na universidade brasileira estamos falando de crise no sistema público de ensino de terceiro grau e, particularmen-

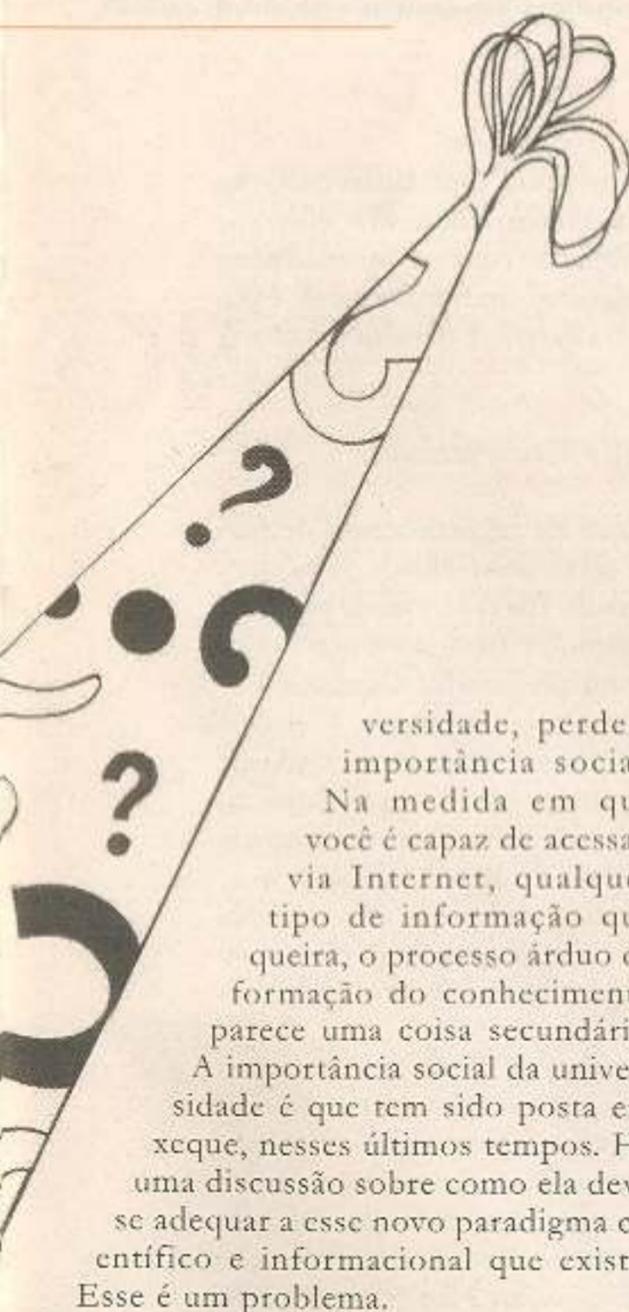
te, das universidades federais. Há componentes nessa crise que são externos à universidade e outros que são internos. Em primeiro lugar, chamo a atenção que a questão da universidade não é brasileira. A universidade tem sido posta como objeto de discussão em todos os países, inclusive, no primeiro mundo. Nos EUA, há uma discussão sobre o papel e as funções da universidade. Na Europa, sobre o financiamento. Quer dizer, nos variados modelos institucionais de universidades que têm pelo mundo há uma discussão ligada, obviamente, à rapidez do desenvolvimento científico e tecnológico dos últimos anos. Há um conflito entre as facilidades da difusão da informação como tal (facilidade esta que cria quase uma banalização da informação) e a questão do desenvolvimento do conhecimento, da ciência *stricto sensu*. Isso coloca em xeque o papel da universidade e essa discussão é mundial. Certamente, não está claro o caminho que a universidade vai tomar nos vários países do mundo e temos que ir acompanhando essa discussão, vendo como vamos nos adequar a essa nova situação. Esse é um componente que não podemos esquecer, quando falamos de crise na universidade.

JE - O fato da informação boje circular com muito mais facilidade coloca em xeque a produção do conhecimento?

AT - Ela não coloca em xeque a produção do conhecimento em si, porque ao mesmo tempo a gente tem um avanço científico muito grande nesse período. As próprias facilidades de

acesso à informação decorrem disso. Eu digo que se torna tão fácil você ter acesso à informação que os processos de formação do conhecimento, que são ligados estritamente à função da uni-





versidade, perdem importância social. Na medida em que você é capaz de acessar, via Internet, qualquer tipo de informação que queira, o processo árduo de formação do conhecimento parece uma coisa secundária.

A importância social da universidade é que tem sido posta em xeque, nesses últimos tempos. Há uma discussão sobre como ela deve se adequar a esse novo paradigma científico e informacional que existe. Esse é um problema.

JE - *Essa é uma questão externa?*

AT - Essa questão é mundial. Ela não é específica da universidade brasileira. A diferença que existe dos EUA e da Europa é que eles têm uma visão da universidade onde ela aparece como pri-

oridade. Eles sabem que se a gente não se atualizar permanentemente no conhecimento, não vai acompanhar as transformações em curso. No Brasil, no ensino de terceiro grau, a pesquisa e o ensino universitário não são prioridades do governo. Isso é que é uma diferença na forma como essa discussão universal sobre o papel da universidade se reflete no Brasil. Há poucos recursos, poucos incentivos e apoio. Mais do que isso, o tipo de poder que se estabeleceu no Brasil ao não formular com clareza um projeto nacional tira a importância da universidade. Só há universidade onde há projeto nacional. Não havendo projeto nacional o papel da universidade fica diminuído - para que você vai investir em pesquisa científica e em tecnologia? Um aspecto importante, que é pouco valorizado, é a questão da cultura. A universidade é um centro importante de sedimentação e difusão de valores nacionais. Ela tem este papel na França, na Alemanha e nos EUA. Aqui, na medida em que isto não é prioridade, a universidade vai se esvaziando.

JE - *E onde isso vai dar?*

AT - O que se vê é o seguinte: recentemente, o Banco Central abriu um concurso para economistas. Requisito: ser graduado em economia. Salário inicial:

R\$ 3,5 mil. Isso é mais do que recebe um professor de economia, com mestrado e doutorado. Quer dizer, o investimento que se faz para formação de um professor universitário de qualidade é grande, à medida que exige uma qualificação superior, e ele vai receber um salário inferior ao seu aluno que se forma e vai trabalhar no BC, BNDES, mercado financeiro ou em qualquer lugar onde os econo-

mistas são bem pagos. Qual a consequência disso, no médio prazo? A renovação do quadro de professores nas universidades vai ser cada vez mais precária.

JE - *É nesse contexto que você analisa a greve dos professores de universidades e escolas federais?*

AT - Sim. Eu diria até que a greve surpreendeu a própria universidade. Começou normal, mobilizando os professores mais ativos e, aos poucos, foi se alastrando pelo conjunto de universidades. É uma greve que tem uma força como há muito tempo não se vê. E contando com uma coisa nova nesse período recente, que é o apoio dos estudantes. A natureza dessa greve vai além da pauta de reivindicação que foi apresentada e da capacidade das chamadas lideranças ou das entidades de representação dos professores. Ela revela um descontentamento e uma preocupação do conjunto dos professores com o destino da universidade e do ensino de terceiro grau no país. Não é possível achar que esse país terá destino se não colocar o ensino do terceiro grau, se não conceder a ele a importância que deve ter. Acho que foi essa consciência que alimentou a greve, obviamente ajudada pelos erros do ministério, que conduziu como péssimo negociador o tempo todo.

JE - *Quais erros?*

AT - Eu creio que o ministério inicialmente entrou numa de desconhecer a greve, logo nos primeiros dias, achando que ela não iria ganhar força. Quando verificou que isso não ia acontecer, o ministro cometeu o primeiro erro, que foi convocar as lideranças docentes para negociar, estabelecendo os

pontos iniciais da negociação e, no dia seguinte, mandar cortar o salário dos professores. Foi uma violência e sequer foi anunciado à liderança que essa medida seria tomada. Ponto que repercutiu como um barril de pólvora dentro da universidade. Uma greve que ainda estava com a bandeira a meio pau, cresceu e se alastrou, deu uma força inesperada ao movimento. Foi um erro do ministro. Se ele tivesse conduzido isso com mais calma, provavelmente a greve não teria durado tanto. O segundo foi que o mínimo que concedesse, numa perspectiva de que a questão da universidade poderia ser objeto de uma rediscussão do governo na sociedade, teria sido importante. E isso não foi feito. O terceiro erro foi que ao recusar a intermediação de quem quer que fosse, no caso o ministro do STJ, assumiu uma posição de auto-suficiência muito grande e, depois, encaminhou um acordo parlamentar em torno de pontos que de início se sabia que não iriam redundar em nada.

JE - *Uma jogada para retirar o governo e empurrar o problema para o Congresso?*

AT - Eu acho possível. Mas, de qualquer forma o desgaste acaba sendo para o próprio MEC. Ele não podia, por exemplo, encampar uma proposta como a de incorporação da chamada gratificação de atividades executivas, a GAE, porque ela não é exclusiva dos professores; outras categorias de servidores públicos recebem essa gratificação. O que acontece? Se o governo por alguma engenharia conseguisse incorporar a GAE dos professores, no dia seguinte todas as outras categorias que recebem GAE iriam para a justiça e conseguiriam o mesmo direito. É óbvio que o MEC tinha obrigação de saber disso. Do ponto de vista dos professores, essa proposta de incorporar a GAE não traz nenhum aumento real de salário.

JE - *Por que?*

AT - O problema da GAE é que o governo, na verdade, tem utilizado esse expediente das gratificações para dar aumento diferenciado para o pessoal ativo e inativo. A gratificação não é incorporada como provento de inatividade. A GAE de fato é salário. Pela Constituição, os inativos teri-

am direito aos mesmos aumentos que o pessoal em atividade. Com isso, se burla a Constituição. Aparentemente, incorporar a GAE parece neutro. Um professor já ganha isso, um servidor já ganha isso, incorpora a GAE e continua ganhando a mesma coisa. Mas, não. Quando se incorpora tem um impacto sobre os inativos, que passarão a receber também a mesma gratificação. E tem um benefício para os mais antigos, que passarão a receber anuênios sobre os vencimentos. Agora, a grande massa dos professores, que é jovem e entrou recentemente para a universidade, não teria nenhuma vantagem imediata com a incorporação da GAE. A outra coisa que se luta é pela incorporação da GED, a Gratificação de Estímulo à Docência. O governo é contra. Eu, pessoalmente, não sou contra uma gratificação por produtividade. Agora, a GED tal como existe hoje não premia a produtividade. Se você der dois cursos por semestre, escrever um *paper* e participar de uma pesquisa, ganha a GED integral. Se você der 10 cursos, escrever 10 livros e fizer 15 pesquisas ganha a mesma GED. Na verdade ela é salário, digamos assim, para aqueles que cumprem o que está estabelecido no seu contrato de trabalho. Quem fizer mais do que isso, não ganha mais. Ela não é um efetivo instrumento de incentivo à produtividade. O ideal para os professores seria um salário-base digno e uma gratificação por produtividade.

JE - *Se fosse você o reitor da UFRJ, como estaria se desincumbindo de suas funções numa situação dessa?*

AT - É um quadro muito difícil. O erro do Paulo Renato ao escolher como reitor o Vilhena é que hoje todos os problemas da UFRJ são diretamente problemas do ministro. Se ele tivesse escolhido, no caso, a mim, os problemas da UFRJ seriam problemas do reitor. Eu é que estaria dando tratos à bola, para ver como se enfrenta essa questão da universidade. Acho que a UFRJ tem problemas maiores do que outras universidades federais, pelo seu tamanho, por sua diversificação e por sua heterogeneidade. E tem vantagens que algumas outras universidades federais não têm. Aí, a gente chega um pouco nos chamados componentes internos da crise da universidade. Alguns são comuns a todas as universidades

federais e outros são específicos da UFRJ. Tem se falado de corporativismo, como se fosse um mal. É claro que o corporativismo existe e em algumas circunstâncias ele é um problema. Mas ele não é o maior problema da UFRJ.

JE - *Qual é o maior problema?*

AT - É que ela não conseguiu de fato se constituir numa universidade. E isso tem razões históricas. Ela foi formada por uma reunião de algumas faculdades que existiam, não teve um processo endógeno de formação, de uma coisa unificada. E isso lá nos anos 20. Para conceder um título de *honoris causa* ao rei Alberto, que vinha ao Brasil, resolveu-se criar uma universidade - a Universidade do Brasil, juntando quatro ou cinco faculdades que existiam. Na verdade, essa fragmentação permaneceu muito viva durante toda história da universidade.

Eram quatro ou cinco grandes faculdades, inteiramente autônomas nas suas decisões e, portanto, não constituiu um tecido unificado, universitário propriamente dito. Mesmo depois da reforma dos anos 60, isso continuou. Temos uma federação de unidades isoladas. Não tem uma universidade unificada. Exemplo: na Economia se tem aula de Direito, Matemática, Antropologia, Ciência Política, e os professores não são dos departamentos de Matemática, Antropologia, etc. São concursados, na Economia, o que é uma duplicação de esforços e de recursos enorme. Por sua vez, a experiência que se tem quando se pede professor ao departamento de Matemática ou de Sociologia é que eles mandam professores problemáticos, para se livrar. Não existe esse espírito universitário. Não existe sequer um campus unificado, que permita essa mobilidade. O correto não seria o professor de Matemática vir dar aulas na Economia, mas o aluno de Economia ir assistir aula no departamento de Matemática. Isso é que cria o espírito universitário, a colaboração; e isso não existe na UFRJ.

JE - *Como financiar a universidade no Brasil, independentemente dessa conjuntura?*

AT - Em qualquer lugar do mundo, no sistema de ensino, qualquer que seja o formato jurídico formal da universidade, a

maior parte dos recursos de financiamento vem do governo. Não há sistema de ensino superior e pesquisas sem um forte aporte de recursos públicos. Mesmo nos EUA Em grande parte, 65% a 70% vêm de recursos públicos. Então, a primeira questão é haver uma política de governo de que o ensino, a universidade e a pesquisa são importantes para o desenvolvimento do país. Trabalhamos na UFRJ, há uns dois ou três anos atrás, numa proposta para o conjunto das universidades públicas federais. Os recursos orçamentários destinados à universidade, como parcela da receita fiscal, vêm caindo ano a ano. Qual o sentido da proposta? Tinha dois níveis. No primeiro, havia recursos destinados à manutenção, isto é, um orçamento de custeio para o sistema de ensino superior, e um critério de distribuição e rateio desses recursos entre as universidades federais. Tomaria-se um ano como base, e esses recursos iriam crescendo à medida do aumento da arrecadação fiscal. As universidades federais se credenciariam para obter esses recursos, através de projetos. Haveria um mínimo para que ela planejasse o seu futuro, sabendo que não receberia em um ano menos do que o anterior. Ao mesmo tempo, o fundo cresceria com base no incremento da arrecadação fiscal. As universidades teriam acesso a esses recursos através de projetos de desenvolvimento. Teríamos um conselho que faria a gestão desse fundo e que avaliaria os projetos que estivessem sendo apresentados. Apresentamos a proposta ao governo mas ela morreu. Não teve curso nenhum.

JE - Está engavetada?

AT - No MEC. Eu soube que alguns parlamentares recuperaram essa proposta e estão pensando em apresentá-la como projeto de lei para financiamento da universidade. Não digo que seja esta a proposta. Mas tem que haver uma proposta que crie um horizonte claro de financiamento, que as universidades possam ter garantias de que não vão ter cortes de recursos de um ano para o outro, e que possam ter um recurso adicional para planejarem o seu desenvolvimento.

JE - O fato é que estamos em um processo de desmonte da universidade. Aonde isso pode nos levar enquanto nação?

AT - O problema é esse: a persistência dessa política vai criar um vazio muito grande na formação de nossa juventude. O jovem, hoje, olhando esse quadro, fica temeroso de cursar a universidade pública. Mas será que ele encontra uma alternativa efetiva no ensino privado? Não. Com raríssimas exceções, que contamos nos dedos, o ensino de qualidade, apesar de tudo, ainda está na universidade pública. E mais: a pesquisa é quase que exclusivamente feita na universidade pública. A experiência que há, universal e milenar, é que não se tem uma universidade sem juntar as atividades de ensino e pesquisa. E a pesquisa hoje está na universidade pública. Não adianta ir para a universidade privada, achando que vai ter um ensino de qualidade. Vai ter, sim, um treinamento para exercer determinadas funções na sociedade. O que eu pergunto é se não é esse o projeto? Esvaziar a universidade de pesquisa, que são as universidades públicas, mantendo três ou quatro centros para acompanhar em termos de desenvolvimento científico e tecnológico o que se está fazendo nos países mais avançados e transformando a universidade em um grande 'escolão' de terceiro grau. Agora, se esse é o projeto, explícito ou implícito, isso é mortal para o país!

JE - Coincide com o relatório Tundisi, em curso no Ministério de Ciência e Tecnologia, que aponta para o desmonte da área de C&T, mantendo apenas o que é negócio, como biotecnologia, telemática, etc.

AT - Tem tudo a ver, é exatamente isso: manter três ou quatro centros para acompanhar o que se está fazendo lá fora, nessas áreas. Alguma coisa em termo de pesquisa acoplada ao mercado e o resto, a pesquisa básica, a formação do professor, tudo isso vai para um buraco que não tem mais tamanho. A preocupação deixa de ser um sistema de ensino e pesquisa, o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país e passa a ser formar quadros para a gestão pública ou privada do sistema existente. Com uma formação débil, mas que terá de ser continuamente renovada, reciclada.

JE - Estamos a 11 meses das eleições. Quais os passos que um governo de oposição deve dar no

sentido do resgate do ensino, da pesquisa, da ciência e da tecnologia nacional?

AT - Eu digo o seguinte: esta mudança não se fará da noite para o dia. Na verdade, perdemos uma década nessa história. O que acho que seria a primeira coisa a fazer é uma mudança de atitude do governo face ao sistema de ensino como um todo. Entendendo, por exemplo, que não vai haver ensino médio e fundamental de qualidade se não tiver um ensino superior de qualidade. Então, a busca de integração dos vários níveis de ensino é fundamental. Dois: criar mecanismos explícitos, claros, de financiamento do ensino superior e da pesquisa. Por que digo isso? Porque se isso não for institucionalizado agrava cada vez mais esta fratura entre aqueles que podem se beneficiar das esmolas que o mercado dá e aqueles que nem a isso têm acesso. Vai se criando uma mercantilização cada vez maior dos saberes acumulados na universidade; e é uma mercantilização perversa. Então, tem que ser institucionalizado e ter mecanismos claros de financiamento. Tem que mudar a atitude.

JE - Qual sua opinião sobre o provão?

AT - Acho que mecanismos de avaliação são sempre necessários. Em relação ao provão, penso que ele não é o mecanismo mais eficaz de avaliação, embora tenha reafirmado o que já sabíamos: o resultado de três ou quatro anos desta avaliação mostra que as universidades públicas são as que têm mais qualidade. Acho que a gente precisa de um sistema cruzado de avaliação, em que não apenas os chamados pares avaliem o sistema de ensino, o desempenho dos alunos, mas que possam ser avaliados também pela sociedade. O que a sociedade espera, os consumidores do sistema de ensino esperam e acham da universidade. Nesse sentido, a gente tem avançado pouco. O provão acaba sendo inócuo, na medida em que repete e reafirma os resultados que já eram previamente do conhecimento, e não se toma nenhuma medida para corrigir os defeitos que já eram conhecidos e são mais uma vez tornados claros. ■

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CORECON APRESENTA RESULTADO DA AUDITORIA

Conclusões serão encaminhadas ao TCU e ao Ministério Público

Tendo em vista manter a categoria sempre informada sobre temas de seu interesse, incluindo-se, entre estes, as ações relacionadas à gestão do próprio Conselho, a direção do Corecon-RJ achou por bem prestar os seguintes esclarecimentos.

À época da renovação do penúltimo terço e da substituição de conselheiros na direção do órgão, em fins de 2000, com a constatação de que o Conselho vinha perdendo em saúde financeira, o Plenário, no intuito de conhecer e dar a conhecer, em pormenores, a natureza das alterações visualizadas no confronto de balanços contábeis, determinou à atual direção do Conselho realizar uma Auditoria Independente no processo de geração e execução de contratos firmados pela Autarquia com pessoas físicas e jurídicas – de regime privado ou público, de 1996 a 2000, período em que

se constatou uma apreciável queda nas reservas existentes no caixa da entidade.

Após o final dos trabalhos da auditoria realizada, tendo sido constatado problemas de ordem gerencial e administrativa, o plenário deliberou por unanimidade pela criação de uma Comissão de Conselheiros com o objetivo de averiguar as informações contidas no Relatório da Auditoria.

De acordo com o princípio de tornar transparente a gestão do Corecon-RJ, a direção disponibilizou na página do Conselho, na Internet (www.economistas.com.br), em um primeiro momento, os resultados apresentados pela Auditoria e, após a conclusão de seus trabalhos e a respectiva aprovação de seu relatório pelo Plenário do Conselho, dos resultados apurados pela supracitada Comissão de Conselheiros.

Em matérias recentemente publicadas

nos jornais, algumas entidades que realizaram parcerias com o Conselho foram citadas, dando margem a falsas interpretações. Além disso, consideramos que há inadequações e manipulação em algumas dessas notas publicadas na grande imprensa.

A direção do Conselho vem a público informar que está tomando todas as providências devidas para uma completa elucidação dos problemas levantados, tendo inclusive iniciado o processo de encaminhamento dos atos e fatos ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, posteriormente, ao Ministério Público Federal, aos quais caberá apurar se houve ou não irregularidades passíveis de responsabilização.

Não nos cabe prévio julgamento, mas apenas o estreito cumprimento do nosso dever e do zelo às normas da boa administração pública. ■

ELEIÇÕES CORECON/RJ - 2001

No dia 26 de outubro do corrente, na sede deste Conselho Regional de Economia 1ª Região/RJ, realizou-se o Pleito Eleitoral, o qual renovou o 1º Terço de Conselheiros

do Plenário com o mandato para o triênio 2002 a 2004, um Conselheiro com mandato para 2002, por vacância de cargo e um Conselheiro Efetivo para o Plenário do Cofecon. Na ocasião, con-

correram duas chapas, sendo eleita a Chapa nº 01, intitulada "Movimento de Renovação dos Economistas", com 61,4% dos votos válidos, a qual foi composta conforme relacionada abaixo:

CONSELHEIROS EFETIVOS

Ronaldo Rangel
ANGELA Maria Puppim Buzanovsky
Bernardo Karam

CONSELHEIRO SUPLENTE (2002)

Júlio Miragaya

DELEGADO ELEITOR-EFETIVO

Carlos Henrique T. Miranda

CONSELHEIROS SUPLENTES

Arthur Camara Cardozo
Mário Lemos
Eduardo Scaletsky

CONS^o EFETIVO DO COFECON

João Paulo de A. Magalhães

DELEGADO ELEITOR-SUPLENTE

Gilberto Alcântara da Cruz

ECONOMIA ARGENTINA

José Luís Oreiro*

Flavia Dias Rangel Oreiro*

ARGENTINA: SAÍDA É DAR FIM À PARIDADE

Cada vez mais próximo de uma moratória, o país precisará reorientar seu comércio exterior, o que implicará necessariamente no fim da paridade cambial

Recentemente, muita ênfase tem sido dada ao ajuste fiscal – o assim denominado programa do “déficit zero”, como condição necessária para a Argentina evitar uma moratória da sua dívida externa e também para a reativação da economia desse país, que permanece em recessão há, pelo menos, três anos.

A idéia que fundamenta essa análise é a de que o ajuste fiscal faria com que a credibilidade do país nos mercados financeiros internacionais fosse restabelecida. Nesse contexto, as taxas de juros sobre os instrumentos financeiros emitidos pelas empresas e pelo governo argentino seriam reduzidas – devido à diminuição do prêmio de risco, permitindo a obtenção de recursos a um custo mais baixo no exterior e, dessa forma, possibilitando um aumento do investimento em capital fixo, estimulando o crescimento econômico.

Contudo, não existem razões sólidas para acreditar que o ajuste fiscal por si só será capaz de aumentar a credibilidade da Argentina nos mercados internacionais e reativar o crescimento econômico.

Uma variável fundamental para avaliar a capacidade de um país em cumprir com os seus compromissos externos no longo prazo é a relação entre a dívida externa líquida e o valor das exportações. No curto prazo, um país pode honrar os seus compromissos externos – ou seja, pagar juros e amortizações referentes ao seu estoque de dívida externa e retransferir lucros e dividendos para o exterior – através do investimento externo direto e de novos empréstimos internacionais. No entanto, essa forma de financiamento gera um volume maior de compromissos exter-

nos a serem pagos no futuro. Sendo assim, no longo prazo, um país deve gerar um volume suficientemente grande de receitas de exportação para pagar os seus compromissos externos.

Essa idéia foi elaborada pelo professor Mário Henrique Simonsen, através de uma equação dinâmica que descreve a evolução da relação dívida pública/exportações. Essa equação diz que a relação dívida externa líquida/exportações irá permanecer constante ao longo do tempo se a razão entre a transferência líquida de recursos para o exterior (definida como a diferença entre as exportações e importações de serviços não-fatores) e o valor das exportações for igual ao produto entre a razão dívida externa líquida/exportações (z) e a diferença entre a taxa de juros internacional (i) e a taxa de crescimento das exportações (x).

A tabela abaixo apresenta os dados referentes à relação dívida externa líquida/exportações, taxa de crescimento das exportações e a relação entre a transferência líquida de recursos para o exterior e o valor das exportações para a economia argentina, no período de 1996 a 2000.

Ao se observar os números apresentados na tabela verificamos, em primeiro lugar, que a relação dívida externa líquida/exportações vem aumentando de forma significativa nos últimos cinco anos. Em 1996, essa relação estava dentro do intervalo de desconfiança ($2 < z < 4$), mas passou para a região crítica acima de 4. Esses números claramente revelam uma redução da capacidade de pagamento dos compromissos externos da economia argentina no longo prazo.

Em segundo lugar, considerando uma taxa de juros internacional para os instrumentos fi-

nanceiros argentinos de 10% ao ano e tomando a média do crescimento das exportações argentinas nos últimos cinco anos (igual a 3% a.a.) como indicativo da tendência de crescimento de longo prazo das exportações desse país, segue-se que para estabilizar a relação dívida externa líquida/exportações no patamar atual, que já é crítico, a relação entre a transferência líquida de recursos para o exterior e o volume de exportações tem que aumentar para 0,39. Considerando que nos últimos cinco anos o valor médio dessa relação foi de -0,4, segue-se que a trajetória da relação dívida externa líquida/exportações continua explosiva. Nesse contexto, deve-se esperar uma deterioração ainda maior da credibilidade externa da economia da Argentina.

A credibilidade externa da economia argentina só será restaurada depois que a relação dívida externa líquida/exportações cair para um patamar próximo de dois. Isso requer, por sua vez, um aumento do valor da relação transferência líquida de recursos para o exterior/exportações.

Mas isso só pode ser conseguido por intermédio de um aumento do nível das exportações e uma redução do nível das importações. Essa mudança de nível de exportações e importações, contudo, exige uma substancial desvalorização cambial. Daqui se segue, portanto, que a restauração da credibilidade externa da economia argentina exige o abandono da conversibilidade entre o peso e o dólar.



Ano	Dívida Externa Líquida/Exportações	Taxa de Crescimento das Exportações	Transferência Líquida de Recursos para o Exterior/Exportações
1996	3,64	-	+0,002
1997	4,08	11%	-0,15
1998	4,70	0,04%	-0,19
1999	5,41	-12%	-0,10
2000	5,53	+11%	+0,04

* Professor do Mestrado em Economia Empresarial da Universidade Candido Mendes
** Economista da Petrobrás

PUBLICAÇÕES

DINHEIRO EM MOVIMENTO

Autor: Robert Salomon
 Editora Record, 2001. 320p
 Tradução de Alda Porto.
 Preço: R\$35,00 (com desconto,
 na Biblioteca do Conselho, R\$22,75)

Ao examinar os cenários do sistema monetário internacional, que sofreu drásticas mudanças nos últimos 20 anos, Robert Salomon revela as engrenagens do sistema financeiro. O autor analisa o aumento espetacular do valor das divisas em dólar, no início dos anos 1980, e seu posterior declínio ainda no final desta mesma década, marcada pela crise da dívida de países em desenvolvimento.

Dinheiro em movimento reconstitui as prerrogativas para o surgimento da União

Européia, explica as mudanças do planejamento central para as economias de mercado nos chamados países em transição, registra o crescimento do fluxo de capitais internacionais, seu impacto sobretudo nos países em desenvolvimento, na crise do México de 1994 e na crise asiática, iniciada em 1997.

Robert Solomon, professor convidado do Brookings Institution, foi economista-chefe para Políticas Monetárias Internacionais do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). Entre seus livros publicados estão, *The International Monetary System, 1945-1981*, e *The Transformation of World Economy*. Salomon é editor do *International Economic Letter*, uma análise mensal dirigida aos bancos centrais, instituições internacionais e assinantes. ■

CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Autores: Rodrigo V. Serra e
 Thompson A. Andrade
 Edição: IPEA/UCAM-Campos, 2001.

O crescimento da economia brasileira, especialmente concentrado, fez explodir as metrópoles nacionais e ensejou a metropolização de outros importantes centros urbanos. Esta concentração espacial das atividades econômicas e da população ultrapassou limites, prejudicando não somente as condições de vida nestes centros mas, também, colocando em risco a capacidade das metrópoles em permanecer exercendo a função de comando da economia nacional. Diante desta questão, o livro propõe uma reflexão sobre a distribuição mais equilibrada das atividades, riquezas e homens sobre

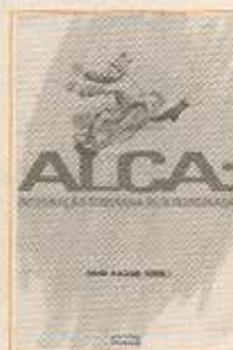
o espaço nacional e regional, envolvendo questões sociais, econômicas e políticas.

Destacam-se algumas indagações que nortearam a realização desta coletânea: As cidades médias cumpriram o papel de diques de contenção dos fluxos migratórios? Quais os fatores determinantes para o crescimento econômico e populacional destes centros? Como os imigrantes foram recepcionados por seus mercados de trabalho? Foram estes centros urbanos favorecidos pelo processo de desconcentração espacial da indústria nacional? Como vêm evoluindo as finanças públicas destas cidades, isto é, sua capacidade de enfrentar as demandas crescentes por serviços e equipamentos urbanos? Como evoluíram a magnitude e o nível de pobreza destes núcleos urbanos, quando comparados com as regiões metropolitanas? ■

ALCA: integração soberana ou subordinada?

Organizador: Emir Sader
 Editora: Expressão Popular, 2001. 248p.

O livro reúne textos de Noan Chomsky, Maude Barlow, Ingrid Kossman, Emir Sader, Dércio Garcia Munhoz, James Petras, Fidel Castro Ruz, Maria da Conceição Tavares, Aloísio Mercadante, Fátima Mello, Samuel Pinheiro Guimarães, Joaquim Francisco Carvalho e Sérgio Schlesinger que explicitam os dois projetos em disputa no Brasil. Um que subordina a economia brasileira à economia dos Estados Unidos e outro que nos conduz à organização de uma alternativa popular. Neste último não cabe a ALCA, novo nome da política imperialista. ■



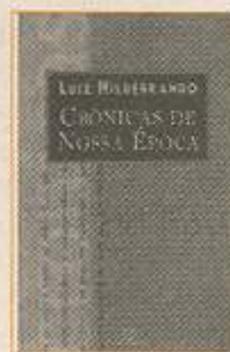
Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor

Organizadores: Keith S. Rosenn e
 Richard Downes (orgs).
 Editora: FGV, 2000. 238p.

Crônicas de nossa época

Autor: Luiz Hildebrando
 Editora: Paz e Terra, 2001. 210p.
 Preço: R\$25,00
 (na Biblioteca do Conselho, R\$20,00)

Neste livro o autor é narrador e também personagem de situações vividas nas décadas de 60 e 70. Sobre a obra, escreveu o filósofo Lendro Konder: "Luiz Hildebrando fornece ao leitor subsídios preciosos para uma compreensão mais abrangente da nossa história política, mas não o faz diretamente, na forma de uma análise crítica sistemática, e sim, na linha de que vem sendo chamada de história da vida cotidiana". ■



35%
 de desconto

Aproveite nossos convênios para
 adquirir livros das Editoras Campus,
 Cepal, FGV, Paz e Terra, Record.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

DÍVIDA E CUSTEIO SÃO 90% DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

O projeto de Orçamento do município do Rio para 2002 apresenta um crescimento de 18,8% dos recursos. Porém, 90% estão comprometidos com o pagamento da dívida e com o custeio

Está previsto em R\$ 6,634 bilhões o projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do município carioca para o ano de 2002, o que representa um crescimento de 18,8% (R\$ 1,047 bilhão) em relação ao projeto para 2001. Este projeto foi elaborado pelo atual poder executivo, diferentemente do projeto para 2001, feito na gestão anterior.

Pelo lado da receita, este aumento se deve principalmente ao crescimento da receita extraordinária para amortização da dívida renegociada, em R\$ 517 milhões; crescimento das transferências para o Fundef, em R\$213 milhões, e ainda o crescimento das receitas de aplicações financeiras, em R\$ 166 milhões. Chama também atenção o crescimento das receitas tributárias, em quase 10%, em relação ao projeto de 2001. O que não se tem certeza é que realmente essas receitas se realizaram, principalmente, a extraordinária para a amortização da dívida renegociada.

A proporção entre receitas correntes e de capital praticamente não se alterou nos últimos anos e o projeto para 2002 prevê 95,6% para a primeira e 4,4% para a segunda. As principais fontes de financiamento do município são as transferências do Estado, com R\$ 1,091 bilhão; as multigovernamentais, com R\$ 515 milhões, relativos ao FUNDEF; as da União, com R\$ 872 milhões, sendo R\$636 milhões relativos ao SUS; o ISS, com R\$ 1,108 bilhão; a receita extraordinária para a amortização da dívida renegociada, com R\$ 850 milhões; e o IPTU, com R\$ 714 milhões.

Rateio dos recursos

As despesas são distribuídas entre os 29 órgãos municipais, sendo o maior crescimento o de Encargos Gerais do Município, cuja dotação proposta ficou em R\$ 1,537 bilhão. As Secretarias de Administração, Saúde e Educação também tiveram dotação em torno de R\$ 1 bilhão e, juntamente, com os Encargos são as principais responsáveis pelo aumento de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 6,6 bilhões.

O órgão entretanto que teve o crescimento mais expressivo foi a secretaria do Meio Ambiente, que aumentou 75,5% em relação a 2001. Outras alterações importantes foram a união das secretarias de Trânsito e de Transporte e a criação de três novas secretarias: de Prevenção à Dependência Química, da Terceira Idade e de Promoção e Defesa dos Animais.

O gasto com pessoal e encargos sociais ficou com 40% do total previsto, enquanto manutenção e funcionamento ficaram com quase 30%. Como a dívida é quase 19% do total, restaram para investimento e inversões apenas 11%, equivalente a R\$ 735 milhões, distribuídos em diversas áreas. O programa que receberá o maior montante é o de Assentamentos Populares (R\$ 114 milhões), financiado pelo BID.

O alto peso dos gastos com a dívida no orçamento reflete-se no crescimento das despesas de capital (42%), que cada vez mais estão sendo financiadas pelas receitas correntes. Esse desequilíbrio está ocorrendo porque o município precisa pagar uma parcela da dívida renegociada

com a União até abril, aumentando o gasto em amortizações, já que não há rolagem da dívida.

É importante reforçar que está havendo uma transferência de recursos de despesas correntes para o pagamento da dívida municipal, prejudicando, como sempre, os interesses da população. Foram destinados no total para gastos com a dívida R\$ 1,251 bilhão, sendo R\$ 973 milhões para amortização e R\$ 278 milhões para juros e encargos. Além disso, os gastos com custeio e com a dívida juntos somam quase 90% do total previsto, o que deixa qualquer administração com pouca mobilidade para solucionar as necessidades demandadas pelos cariocas.

Remanejamento

O prefeito solicitou, na proposta orçamentária para 2002, um percentual de remanejamento de 30% do orçamento, o que representa algo em torno de R\$ 2 bilhões.

Como quase 90% do orçamento estão destinados às despesas de custeio e da dívida, este percentual ultrapassa e muito o pouco mais de 10% restantes para investimentos, que foram planejados pelo próprio poder executivo.

Este percentual é extremamente alto, levando em conta que a proposta foi elaborada pelo próprio prefeito e seus técnicos. Neste ano, ele teve autorização de 25% de remanejamento, já que a proposta deste ano foi do anterior.

Qual será então a explicação do prefeito para uma solicitação tão elevada do percentual de remanejamento para 2002? ■

As matérias desta página são de autoria da Equipe do Fórum de Orçamento Popular do Corecon-RJ, constituída pelos estagiários de economia Paula Mota e Renato Elman, sob a supervisão do economista Luiz Mario Behnken.
 CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121
 Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: <http://www.economistas.com.br> - Lista de discussão: forumrio@rits.com.br
 As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

MEMÓRIA

CONSELHOS LANÇAM LIVRO SOBRE A HISTÓRIA

Nas comemorações do cinquentenário da regulamentação da profissão, os Corecon/RJ, Corecon/SP e Cofecon lançaram a obra histórica

Já está nas livrarias o livro *O Economista: a história da profissão no Brasil*, que narra a evolução e o desenvolvimento da profissão, no país, desde os tempos do Brasil Colônia. Patrocinado conjuntamente pelos Conselhos Regionais de Economia do Rio e de São Paulo e pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), seu lançamento fez parte das comemorações do cinquentenário da regulamentação da profissão, no último dia 13 de agosto.

De autoria do professor Nivalde José de Castro, o livro realiza um trabalho de resgate histórico, sendo um roteiro original de viagem pelas raízes da profissão e do ensino da Economia no Brasil. Os três capítulos em que se divide a obra remontam à Colônia e ao Império para mostrar como evoluiu o processo de profissionalização do economista, como o ensino da Economia se desenvolveu a partir das Aulas do Comércio e, finalmente, como surgiu a primeira escola superior de Economia no Brasil.

O livro traça um paralelo entre o desenvolvimento das forças produtivas e das exigências do mercado e o lento processo



de especialização da profissão que, aos poucos, vai se diferenciando de suas origens no comércio e de sua dependência do Direito para adquirir uma personalidade própria através da introdução, nos currículos, da disciplina da Economia Políti-

ca. Os momentos cruciais dessa história são o reconhecimento da profissão e a criação do primeiro curso superior de Economia no Brasil.

O trabalho baseia-se na investigação detalhada de toda a legislação relativa à profissão e ao ensino da Economia, desde os tempos do Brasil Colônia. Em relação aos aspectos de maior interesse, resgata debates esclarecedores havidos no Congresso Nacional, contrapondo correntes liberais e progressistas na definição de currículos acadêmicos e grades de ensino. Neste sentido, valendo-se do passado, traz uma grande contribuição para a reflexão atual sobre os desenvolvimentos futuros da profissão e do ensino de Economia entre nós – o que se afigura particularmente importante no ano em que se comemora o cinquentenário da profissão.

O livro, lançado no dia sete de novembro passado, está sendo vendido ao preço de R\$ 20. Na Biblioteca do Corecon/RJ pode ser obtido com desconto e ao valor final de R\$ 13. ■

CORECON FAZ PALESTRAS

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), desde setembro, vem realizando palestras nas faculdades de Economia do estado. A iniciativa visa estreitar as relações do Conselho com os professores e com os futuros economistas, bem como incentivar as participações no Prêmio de Monografia do CORECON.

Além disso, visa também prestar informações sobre a função social do Conselho, que é a de fiscalizar o exercício profissional, em defesa da sociedade, e divulgar suas atividades e produtos, como os debates, seminários e convênios com estabelecimentos comerciais, a credencial de estudante, o registro

provisório, o acesso à biblioteca da entidade e o próprio *Jornal dos Economistas*.

Nesse sentido, foram visitados os cursos da Universidade Católica de Petrópolis, Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Bennett e da Faculdade Moraes Júnior, envolvendo 280 alunos e 30 professores que participaram dos debates.

Ainda em novembro será visitado o IBMEC e, em dezembro, o CORECON estará presente em Valença, na formatura do curso de Economia da Fundação Educacional Dom André Arcoverde, quando será ofertado aos formandos o Registro Provisório, válido por um ano. ■